

Pela aprovação das 30 horas e piso nacional, três centrais sindicais se unem à Federação

Ganha força a mobilização dos trabalhadores da saúde em busca da valorização e dignidade profissional. Três centrais sindicais se unem à Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo (FTSES) para lutar pela causa dos trabalhadores da saúde e pressionar a aprovação dos projetos de lei que favorecem a categoria e estão empenhados no Congresso Nacional.

No Encontro Paulista da Saúde, realizado em agosto, na Praia Grande, pela Federação da Saúde paulista, os dirigentes da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) e Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) assinaram um documento no qual assumem compromisso de desenvolver um trabalho em conjunto com a Federação da Saúde paulista e lutar perante as autoridades competentes e o Congresso Nacional pela aprovação da redução da jornada para 30 horas para a enfermagem e a instituição do piso nacional para a categoria.

“Com a união das centrais sindicais, teremos mais força para exigir dos nossos políticos empenho na aprovação desses projetos, que se arrastam no Congresso. A partir de agora é coisa de central sindical”, garantiu o presidente da UGT, Ricardo Patah, que se comprometeu a aderir ao movimento.

Wagner Gomes, presidente da CTB, que também apoia a causa, diz que a saúde é uma área que não

pode cometer erros. “É um trabalho que mexe com vida, portanto não se pode errar, por isso seis horas diárias é um tempo aceitável para se trabalhar com razão e eficiência e nós vamos cobrar isso.” “Se os assistentes sociais, fisioterapeutas já têm a regulamentação da jornada de 30 horas, por que não para os demais”, questiona Luiz Antonio Festino, diretor de Assuntos Trabalhistas da NCST, que representou o presidente da entidade, José Calixto Ramos, no Encontro Paulista da Saúde e assinou o documento se comprometendo a lutar pela causa dos profissionais da saúde junto com as demais centrais sindicais.

Para o presidente da Federação da Saúde paulista, Edison Laércio de Oliveira, o comprometimento das centrais sindicais com a luta da categoria da saúde dá peso ao movimento da categoria. “Com esta aliança, a área da saúde está fortalecida e juntos lutaremos para defender os objetivos dos trabalhadores e exigir dos deputados uma ação mais rápida na aprovação e regulamentação de projetos que, certamente, vão melhorar as condições de trabalho dos profissionais da área da saúde e, consequentemente, a qualidade de atendimento em saúde no Brasil”, pontua Edison.

Termo de compromisso das centrais sindicais em favor dos projetos de lei em favor dos trabalhadores da saúde

As centrais sindicais brasileiras, UGT – União Geral dos Trabalhadores, NCST – Nova Central Sindical de Trabalhadores, CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, presentes no XIV Encontro de Dirigentes Sindicais e Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo, em Praia Grande, assumem o compromisso com os delegados presentes neste evento, a saber:

Em conjunto, somarão forças junto com a Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo e os sindicatos filiados a instituição para desenvolver um trabalho perante as autoridades competentes e ao Congresso Nacional no sentido de garantir a aprovação dos projetos de lei favoráveis aos profissionais da saúde, a exemplo do que prevê Jornada de 30 horas e piso nacional para a enfermagem, além de outros que possam ser propostos pelas entidades sindicais ou pela iniciativa dos próprios deputados em atuação no Congresso Nacional.

Assumem também o compromisso de realizar um seminário conjunto e específico, em data e local a serem definidos por seus representantes, com o objetivo de debater e definir estratégias e um plano de trabalho visando intensificar a mobilização dos profissionais da saúde no Congresso Nacional de forma a garantir a aprovação da jornada de 30 horas e piso nacional para a enfermagem brasileira.

Praia Grande, 24 de agosto de 2012.


Ricardo Patah, presidente da UGT – União Geral dos Trabalhadores


José Calixto Ramos – presidente NCST – Nova Central Sindical de Trabalhadores


Wagner Gomes – presidente da CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil


Edison Laércio de Oliveira – presidente da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo



Da direita para a esquerda: Luiz Antonio Festino, diretor de Assuntos Trabalhistas da CTB; Edison Laércio de Oliveira, presidente da Federação da Saúde paulista; Canindé Pegado, secretário-geral da UGT; Wagner Gomes, presidente da CTB; e Milton Carlos Sanches, presidente do Sinsaúde de Sorocaba



Ricardo Patah, presidente da UGT, assina documento de apoio à categoria

Federação vai à 'guerra' por piso de R\$ 3,9 mil para técnicos de enfermagem

O encontro promovido pela Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo e sindicatos filiados com o novo relator do Projeto de lei 4.924/09, que fixa o piso nacional para a enfermagem, sanou as dúvidas sobre o andamento e serviu para definir a linha de trabalho a partir de agora. Os sindicalistas se reuniram com o deputado federal Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) no dia 13 de setembro, em São Paulo.

Faria de Sá é relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Segundo ele, o encaminhamento para votação entre os membros da comissão vai ocorrer após as eleições, em novembro. No encontro com sindicalistas da saúde, ele reforçou o objetivo de manter o projeto nos mesmos moldes ao que foi aprovado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

O projeto, emendado pela Comissão de Seguridade Social e também aprovado na Comissão do Trabalho, prevê piso de R\$ 4.650,00 para enfermeiros e de R\$ 3.255,00 para técnico de enfermagem. Estes valores, no entanto, não estão corrigidos. Se levar em consideração a inflação do período em que o projeto tramita na Câmara, os pisos seriam, respectivamente, de R\$ 5,6 mil e R\$ 3,9 mil (veja quadro abaixo).

Faria de Sá informa que o projeto precisa ser aprovado na própria comissão, onde já haverá resistência. Só depois irá a plenário para votação de deputados e senadores. "Vamos aprovar e acabou. Dar alta para o paciente e mandar para casa", disse, com base no relatório que está nas mãos dele.



Arnaldo Faria de Sá em reunião com dirigentes sindicais da saúde

Ele entende que a dificuldade para aprovar o piso nacional vai ser grande e que será preciso mobilização de sindicatos e federações que representam os trabalhadores.

Ações da Federação mobilizam três centrais

Ao saber do planejamento de Faria de Sá de colocar o projeto em votação em novembro, o presidente da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo, Edison Laércio de Oliveira, convidou as centrais sindicais para um seminário a fim de discutir as estratégias de pressão aos deputados.

"Nós já havíamos fechado no Encontro Estadual da Saúde a união de três centrais sindicais em prol dos profissionais da saúde e de trabalhar conjuntamente no Congresso Nacional", pontua Edison, lembrando-se do compromisso firmado com UGT, CTB e Nova Central. Agora, com o poder de mobilização das centrais é partir para a prática.

Uma das ações visa pressionar o presidente da CCJC, deputado Ricardo Berzoini (PT-SP) para que ele coloque em pauta a discussão do projeto sobre o piso nacional. "Vamos nos reunir (centrais sindicais, Federação e sindicatos) para buscar esta aprovação importante para os trabalhadores da saúde já a partir de 2013", diz Edison.

A respeito do encontro promovido pela Federação com Arnaldo Faria de Sá, o presidente da Federação da Saúde paulista diz ser importante para unificar os procedimentos no contato com a base. "É preciso que todas as lideranças sindicais da saúde ligadas à Federação encaminhem isso aos trabalhadores da seguinte forma:

o piso nacional é um projeto, uma proposta e só vai se concretizar se tiver união e mobilização dos trabalhadores, além de muita pressão", diz Edison. Pressão esta, segundo ele, a ser exercida sobre os deputados de cada região para que votem em favor da proposta, que é do interesse do trabalhador.

SERVIÇO

Projeto de lei 4.924/2009

Autor: Mauro Nazif (PSB/RO)

O que é?

Dispõe sobre o piso salarial do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e da parteira

Situação: Aguardando parecer na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Próximos passos:

1 - Votação entre os membros da CCJC;

2 - Se aprovado na CCJC, ser votado em plenário por deputados e senadores

Como pode ficar o piso nacional da saúde

Valores do Projeto de lei do piso nacional da enfermagem

	Enfermeiro	Técnico (50%)	Auxiliar (40%)
Março/2009	R\$ 4.650,00	R\$ 2.325,00	R\$ 1.860,00
Setembro/2012 (1)	R\$ 5.603,72	R\$ 2.801,86	R\$ 2.241,49

Valores com emendas aprovadas ao Projeto de lei pelas comissões (*)

	Enfermeiro	Técnico (70%)	Auxiliar (50%)
Março/2009	R\$ 4.650,00	R\$ 3.255,00	R\$ 2.312,50
Setembro/2012 (1)	R\$ 5.603,72	R\$ 3.922,60	R\$ 2.801,86

(*) Projeto de lei original recebeu emenda nas Comissões da Câmara, elevando o piso do técnico de 50% para 70% do piso do enfermeiro; e de 40% para 50% do piso do auxiliar/parteira

Obs. (1) Atualização com base no INPC - IBGE acumulado no período de março de 2009 a agosto de 2012: 20,51%

Passo a passo do PL

07/4/2009 - Despachado para análise nas comissões da Câmara dos Deputados.

15/9/2009 - Parecer do relator, dep. Jofran Frejat (PR-DF) pede aprovação com emenda (*) na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

16/9/2009 - Aprovado o parecer.

26/10/2011 - Parecer do relator, dep. Assis Melo (PCdoB-RS) pede aprovação na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), inclusive da emenda da CSSF.

11/4/2012 - Aprovado o parecer.

23/8/2012 - Designado o dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) como relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

13/9/2012 - Relator se reúne com Federação dos Trabalhadores da Saúde paulista e sindicalistas filiados à entidade. Arnaldo Faria de Sá informa que encaminhamento para votação entre membros da CCJC deverá ocorrer após as eleições (novembro).

Deputado pede envolvimento da categoria para pressionar deputados a aprovarem na Comissão e depois no Congresso.

Federação anuncia seminários com centrais sindicais (UGT, CTB e Nova Central) para reforçar movimento em defesa do projeto.

Federação ganha reforço na luta pela redução da jornada de 30 horas para a enfermagem

Com o objetivo de traçar estratégias para pressionar o Congresso Nacional a aprovar o Projeto de lei (PL) 2295/2000, que propõe jornada de 30 horas semanais para os profissionais da enfermagem, a Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo assinou, juntamente com as centrais sindicais União Geral dos Trabalhadores (UGT), Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) e Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) um termo de compromisso para realizar um trabalho conjunto em favor da aprovação dos projetos de lei voltados aos interesses da categoria da saúde. As entidades também se comprometeram a promover um seminário para debater formas de ação.

O PL das 30 horas, que tramita no Congresso há 12 anos, é um assunto que ainda revolta os trabalhadores da saúde de todo o Brasil e os dirigentes de suas entidades representativas, principalmente por mais uma vez ser deixado de lado. Isto porque ele deveria ser apreciado na pauta do dia 27 de junho e não foi em virtude do baixo número de deputados presentes.

Na ocasião do XIV Encontro Paulista da Saúde, realizado de 23 a 25 de agosto, em Praia Grande, antes das centrais sindicais assinarem o Termo de Compromisso, diversas situações que embargam a aprovação do PL das 30 horas foram discutidas e analisadas pelos dirigentes sindicais e trabalhadores da saúde de todo o Estado.

Segundo o presidente da Federação da Saúde paulista, Edison Laércio de Oliveira, o episódio do dia 27 de junho no Congresso foi uma manobra lamentável do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, que pouco antes da plenária se reuniram com os líderes partidários da Câmara e fizeram um apelo para que a Casa não votasse no projeto, justificando impacto nas contas públicas. "Esta atitude, além de decepcionar a categoria, que há anos espera por esta aprovação, foi contra os estudos já apresentados ao Governo Federal pelas entidades que representam os trabalhadores da saúde de todo o Brasil",

pontua Edison. Para o diretor de Assuntos Trabalhistas da Nova Central, Luiz Antonio Festino, a jornada de trabalho para o profissional da saúde tem que ser respeitada. "Um projeto de tamanha importância, que fica relegado a segundo plano e não entra na Ordem do Dia para votação é um absurdo. Este projeto precisa ser respeitado e a sociedade

deve cobrar de seus políticos sua aprovação, pois, além de proporcionar condições de trabalho mais dignas, garantirá melhor atendimento para a sociedade", completou.

Um estudo do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) mostra que com a redução da jornada para 30 horas para os trabalhadores da saúde, os gastos seriam em torno de 2% e não 26% como afirma o Governo Federal.

Canindé Pegado, secretário-geral da União Geral dos Trabalhadores (UGT), destaca que no Brasil existem 2,5 milhão de profissionais na área da saúde que trabalham 24 horas diretamente ligados ao paciente e a redução da jornada é essencial para o desempenho de suas atividades. "É uma questão de justiça, uma vez que outras categorias ligadas à área da saúde já fazem uso desta regulamentação", diz Pegado. A carga horária de no máximo 30 horas semanais para os profissionais de saúde é uma recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), pois estes trabalhadores passam por desgaste físico e emocional.

Wagner Gomes, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), é defensor da redução



Sindicalistas e trabalhadores da saúde discutem aprovação do PL 30 horas

trabalhar com eficiência, mas que esta redução não venha acompanhada de diminuição de salário; ao contrário, deve vir com salário digno", diz ele.

Por tudo isso é que os profissionais da saúde junto com representantes da Federação da Saúde paulista e as centrais sindicais estiveram com suas delegações em Brasília e entregaram ao vice-presidente da República, Michel Temer, um documento, com mais de 15 mil assinaturas, solicitando a aprovação do projeto das 30 horas. Em abril deste ano, mais de 7 mil trabalhadores de todo o Brasil fizeram uma grande manifestação em frente a Esplanada dos Ministérios em prol da aprovação do PL.

"Todos esses atos são formas de mostrar que a saúde brasileira está de luto e a questão das 30 horas é apenas uma das nossas inúmeras lutas em prol da categoria. No seminário que propomos realizar, conforme consta no Termo de Compromisso assinado entre a Federação e as centrais, definiremos quais serão os próximos passos para garantir o quanto antes as 30 horas não só para a enfermagem, mas também para toda a categoria da saúde", finaliza o presidente da Federação, Edison de Oliveira.

da jornada de trabalho para os profissionais da saúde porque é uma área que não pode cometer erros. "É um trabalho que envolve vida de outras pessoas e não pode ter erros, por isso precisa da redução da jornada; seis horas é tempo aceitável para

Seminário em janeiro vai definir estratégia de ação da Federação com centrais sindicais

Com o tema "Saúde em primeiro lugar", três centrais sindicais - UGT, CTB e Nova Central - e a Federação da Saúde paulista vão promover no início de 2013 um seminário para discutir os projetos de lei (PL) que criam a jornada de 30 horas e o piso nacional para os profissionais de enfermagem. As propostas tramitam no Congresso Nacional e até lá o debate acontecerá no âmbito de cada central sindical, conforme explica Edison Laércio de Oliveira, presidente da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo.

"Cada central vai promover um seminário próprio para discutir o assunto. Assim, quando nos reunirmos no início do ano, a pauta já estará amadurecida o suficiente para a elaboração de um planejamento eficaz de trabalho", avalia. Uma reunião no Rio de Janeiro vai definir o cronograma de ação das entidades envolvidas e de acordo

com Luiz Vergara, diretor de Imprensa da Federação, no encontro será debatida a viabilidade das propostas e analisada a tramitação de cada processo, além das ações que serão engendradas pelas entidades, visando à aprovação dos benefícios trabalhistas.

Deverão ainda ser convidados representantes de outras federações estaduais, uma vez que o assunto é do interesse de mais de 2,5 milhões de trabalhadores brasileiros que atuam na área da saúde pública e privada. Destes, mais de 600 mil profissionais são representados pela Federação da Saúde paulista.

"É esta legião de profissionais que responde pela saúde da população no País e que merece ser bem tratada, pois é quem garante qualidade de vida para os demais trabalhadores que respondem pela produtividade e, consequentemente, pela riqueza do País", acentuou Edison.

A parceria entre as entidades sindicais e a Federação paulista foi selada no XIV Encontro Paulista da Saúde, realizado em agosto, em Praia Grande, quando representantes da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras Brasileiras (CTB) e da Nova Central debateram o assunto e assinaram um termo de compromisso de defesa das questões que beneficiam os profissionais da saúde.



Edison L. de Oliveira



Luiz Vergara

Saúde & Luta é uma publicação de responsabilidade da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo. Rua Paula Nery, 533 - Acimação - SP Fone 55 (11) 5575-7427 www.federacaodasaude.org.br

Presidente: Edison Laércio de Oliveira
1º vice-presidente: Nilselene Martins da Silva
2º vice-presidente: Erivelto Correa Araújo
Diretora de Rel. Públicas: Marilisa Sales Braga
Secretária-geral: Elaine da Silva Amaral
1º secretário: Edna Alves
2º secretário: João do Nascimento Carvalho
Tesoureira-geral: Maria Jerusa Tagiaroli de Abreu
1º tesoureiro: Valdeir Magri
Dir. de Ass. de Previdência Social: Lierse Christovam de Almeida
Diretora de Recursos Humanos: Maria das Graças Artur Machado
Diretor-procurador: Paulo Roberto Gondim Richieri
Diretor de Relações Intersindicais: Milton Carlos Sanches
Diretor de Legislação e Normas: Aristides Agrelli Filho
Diretor de Imprensa e Divulgação: Luiz Carlos Vergara Pereira
Diretora cultural: Maria Hermann
Diretor de Assuntos Parlamentares: Pedro Alberto Tolentino
Diretora arquivista: Sílvia Cristina Ponce
Diretora de Sede e Patrimônio: Leide Mengatti

Conselho Fiscal - efetivo
Carlos Alberto Cairos
Rozeli Aparecida Lopes Gonçalves Nogueira
Elizabeth Antonia Bertin

Delegados efetivos representante na CNTS
Marta Alves de Carvalho
Paulo César Pereira Richieri

Suplentes de diretoria
Florivaldo P. de Almeida
Vera Lúcia Salvadão Pimentel
Edmilson Aparecido Ferreira
Anselmo Eduardo Bianco
Débora C. R. Azevedo
Maria Helena Anunciação de Souza
Marta de Fátima Marcon
Maria Ivanilde de Araújo Almeida
Maria Cecília da Silva
Heloisa Helena Teixeira
Francisco Sálvio de Almeida
Arnaldo Batista de Almeida
Ivone Carrocini
Irány Maria de Jesus
Marty Alves Coelho
Ana Ferreira da Silva
Maria Donisete de Souza
Elidivalva da Silva Lima
Hermínia Aparecida Cruz
João de Fátima

Suplentes do Conselho Fiscal
Sofia Rodrigues do Nascimento
Natalício Valério da Silva
Inês de Oliveira

Suplentes dos delegados representantes na CNTS
Ademilson Eleodoro de Carvalho
Zélia Aparecida Torquetti Spagnol

Produção: DOMMA Editorial
site: www.domma.com.br
Jornalista responsável:
Sirlene Nogueira (Mtb 15.114)
Fone (19) 3233-0317
Redação: Daniella Almeida (Mtb 4.352)
Sirlene Nogueira (Mtb 15.114)
Editoração: Ana Julia Troya
Tiragem: 40 mil exemplares

Carta de São Paulo é elaborada em encontro da saúde

Documento define a linha da atuação sindical durante um ano

Os debates do XIV Encontro Paulista da Saúde, realizado de 23 a 25 de agosto na Colônia de Férias Firme de Souza Godinho, em Praia Grande/ SP, serviram de base para elaborar a Carta de São Paulo, um documento no qual 300 delegados, formados por dirigentes sindicais e trabalhadores da saúde de todo o Estado de São Paulo,

expressam suas posições e formas de luta. Após a definição da linha de atuação que todos os sindicatos da área da saúde irão seguir por um ano, a carta foi enviada às autoridades competentes, entre elas, o Governo do Estado de São Paulo e a Secretaria da Saúde do Estado, para que tomem conhecimento destas ações. "A Carta de São Paulo é um guia para a ação

sindical e tem como objetivo conseguir a evolução do sistema de saúde e a melhoria das condições de trabalho dos profissionais que atuam no setor", explica o presidente da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo e Sinsaúde Campinas e Região, Edison Laércio de Oliveira. Confirma na íntegra a linha de atuação definida no documento.



Dirigentes sindicais e trabalhadores da saúde avaliam e aprovam a



Carta de São Paulo no final do Encontro Paulista da Saúde

Carta de São Paulo

Tendo por tema central a "Representatividade sindical e os desafios para um atendimento de qualidade em saúde no Brasil", e após palestras proferidas por convidados, os delegados presentes no XIV Encontro Paulista da Saúde decidem:

- Dar continuidade à Mobilização Estadual pela Valorização dos Profissionais da Saúde iniciada em maio de 2012 com a 1ª Passeata Paulista da Saúde.
- Manter campanha permanente pela aprovação dos projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, a exemplo do que fixa jornada de 30 horas e piso salarial nacional para a enfermagem.
- Lutar para a fixação do piso salarial nacional para os demais setores e profissões da saúde.
- Ampliar o debate por melhor atendimento à população com a defesa da adoção da estrutura de trabalho em rede e uma justa distribuição das tarefas, bem como de profissionais em relação ao número de leitos.
- Criar mecanismos e incentivar os profissionais da saúde a denunciarem as suas entidades de classe e às delegacias de polícia as práticas que coloquem em risco o exercício profissional e, conseqüentemente, a sua própria segurança pessoal.
- Aprovar a assinatura de um Termo de Compromisso com as centrais sindicais brasileiras, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), presentes no XIV Encontro de Dirigentes Sindicais e Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo, no qual seus dirigentes assumem o compromisso de desenvolver um trabalho perante às autoridades competentes e ao Congresso Nacional no sentido de garantir a aprovação dos projetos de lei favoráveis aos profissionais da saúde. Para organizar esta ação, realizarão em conjunto com a Federação um seminário, visando a definição de estratégias e um plano de trabalho com este objetivo.
- Manter uma campanha permanente contra a terceirização de mão de obra no setor de saúde, iniciativa que deve ser combatida pela categoria e pelos sindicatos filiados, tendo por base a importância do trabalho integrado de todos os setores hospitalares para a qualidade de atendimento.
- Acompanhar o projeto de lei que vise à regulamentação do trabalho terceirizado no Brasil, que prevê o respeito a todos os direitos econômicos e sociais das categorias majoritárias e, conseqüentemente, combater a exploração da mão de obra em qualquer meio e setor.
- Conscientizar politicamente a categoria da importância de ter seus próprios representantes nas diversas esferas de governos (a exemplo de conselhos, grupos de trabalho, cargos políticos), de forma que possam defender seus anseios e

suas necessidades. Para tanto, as entidades sindicais se organizarão para eleger representantes legítimos.

- Repensar e modernizar a ação junto com os trabalhadores, definindo uma nova agenda de atuação, que leve em conta as novas tecnologias e profissões, bem como o crescimento do setor de serviços.
- Articular, por meio de ações voltadas para os trabalhadores e para a população em geral, com o objetivo de disseminar a necessidade de uma mobilização nacional para exigir mais investimentos para o setor de saúde por parte do Governo Federal, com apresentação, em caráter de urgência, de um projeto de lei no Congresso Nacional.
- Neste sentido, a Federação, junto com os sindicatos filiados, decide apoiar e contribuir na divulgação do Projeto de Iniciativa Popular e Frente Nacional Por mais Recursos para a Saúde, de iniciativa da Associação Médica Brasileira (AMB) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Que os recursos destinados à saúde tenham seu uso e sua distribuição fiscalizados pelos organismos existentes, a exemplo dos conselhos de níveis municipais, estaduais e federal, com a devida capacitação dos seus integrantes para o acompanhamento proposto.
- Defender a criação, dentro dos órgãos de representação da área da saúde, a exemplo das secretarias e Ministério da Saúde, de uma secretaria específica direcionada ao estudo e à criação de políticas específicas de saúde e segurança dos trabalhadores do setor.
- Aprovar moção de repúdio à forma de intervenção abusiva, com uso de força policial armada, realizada nos estabelecimentos de saúde Santa Casa de Mogi Mirim e Hospital Psiquiátrico Vera Cruz, de Sorocaba, que deve ser encaminhada aos respectivos prefeitos municipais, câmaras de vereadores, Secretaria de Estado da Saúde, Agência Nacional de Saúde (ANS) e ao Ministério da Saúde.
- Defender, dentro do programa de financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS), que seja garantido recursos específicos para investimento e criação de políticas que visem à profissionalização, ao aprimoramento profissional, às condições de trabalho para os profissionais da saúde e à efetiva implementação da Norma Regulamentadora número 32 (NR-32).
- Tendo em vista que neste ano ocorrerão eleições para prefeitos e vereadores, recomenda o voto nos candidatos que sejam comprometidos com as reformas tributária, política, trabalhista e sindical; que garantam em seus programas a defesa da unicidade sindical, a redução da carga tributária e a modernização das relações trabalhistas, sem redução de direitos e nos projetos que beneficiam a profissionalização e a melhoria das condições de trabalho no setor da saúde.

Praia Grande, 25 de agosto de 2012